

V – destinados a suprir insuficiências nas dotações de pessoal, autorizada a redistribuição prevista no art. 66, parágrafo único, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

VI – destinados a suprir insuficiências nas dotações orçamentárias à conta de recursos vinculados, conforme o art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

VII – destinados à transposição de recursos entre dotações das funções Educação, Assistência Social, Saúde e Habitação;

VIII – destinados às adequações orçamentárias necessárias à instalação da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana – AMLURB.

§ 1º. A abertura de créditos adicionais suplementares será feita mediante a edição de decretos do Poder Executivo, devidamente justificados.

§ 2º. Os recursos destinados ao pagamento do grupo de natureza de despesas de pessoal poderão ser remanejados para outras despesas, no último quadrimestre do exercício, desde que os eventos que subsidiaram a previsão da despesa de pessoal não se concretizem.

Art. 9º. Fica o Poder Executivo, observadas as normas de controle e acompanhamento da execução orçamentária, com a finalidade de facilitar o cumprimento da programação aprovada nesta lei, autorizado a remanejar recursos, no âmbito de cada órgão, entre do mesmo grupo de despesa e entre atividades e projetos de um mesmo programa, sem onerar o limite estabelecido no art. 7º desta lei.

Parágrafo único. Fica a critério do Poder Executivo autorizar a abertura de créditos adicionais suplementares, mediante portaria dos respectivos Titulares dos Órgãos, exclusivamente para os casos em que o elemento de despesa a ser suplementado ou anulado seja da mesma atividade ou projeto, categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação e fonte, devidamente justificado.

Art. 10. Fica a Mesa da Câmara Municipal de São Paulo, observadas as normas de controle e acompanhamento da execução orçamentária, em especial o decreto de execução orçamentária e financeira, com a finalidade de facilitar o cumprimento da programação aprovada nesta lei, autorizada a suplementar, mediante ato, sem onerar o limite estabelecido no art. 7º desta lei, as dotações do Órgão, desde que sejam provenientes de anulação total ou parcial de suas dotações orçamentárias, conforme estabelece o inciso II do art. 27 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, criando, se necessário, elementos de despesa e fontes de recursos dentro de cada projeto ou atividade.

Parágrafo único. Aplicam-se, no que couber, ao Órgão de que trata este artigo as exclusões previstas no art. 8º desta lei.

Art. 11. Ficam as Autarquias e Fundações autorizadas, por ato próprio, a abrir critérios adicionais suplementares em suas dotações, respeitado o limite estabelecido no art. 7º desta lei, calculado sobre o valor consignado, individualmente considerado, para cada Autarquia e Fundação, criando, se necessário, elementos de despesa e fontes de recursos dentro de cada projeto ou atividade.

§ 1º. Aplicam-se, no que couber, a cada Autarquia e Fundação as exclusões previstas no art. 8º desta lei.

§ 2º. Os pedidos de adequação orçamentária a que se refere o “caput” deste artigo deverão ser analisados pelas Secretarias às quais as Autarquias e Fundações estejam vinculadas e ratificados pela Secretaria Municipal de Planejamento.

Seção V

Das Disposições Finais

Art. 12. Para efeito do disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, serão preservadas, prioritariamente, as dotações das áreas de educação, saúde, habitação e assistência social.

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a criar dotação orçamentária para a implementação da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana/ Fundo Municipal de Limpeza Urbana, nos termos da Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, e alterações posteriores.

Art. 14. Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2009.”

MENSAGEM

I – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2009 foi elaborado de acordo com as determinações legais vigentes e, em especial, a lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – LRF, e está em consonância com a Lei nº 13.430, de 13 de setembro de 2002 – Plano Diretor Estratégico, a Lei nº 14.123, de 28 de dezembro de 2005 – Plano Plurianual para o quadriênio 2006/2009 e a Lei nº 14.820, de 18 de julho de 2008 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2009.

A estrutura orçamentária aplicada na presente proposta segue as normas técnicas específicas, particularmente a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, e alterações posteriores.

Destacamos, ainda, alguns critérios para a definição das despesas:

- Assegurar recursos para a manutenção dos serviços de natureza continuada;
- Viabilizar recursos para a continuidade dos projetos e obras iniciados e em andamento;
- Destinar recursos para a recuperação de equipamentos públicos, objetivando o atendimento adequado, eficiente e em sua capacidade máxima, otimizando os recursos aplicados;